



## STF PAUTA PARA FEVEREIRO JULGAMENTOS QUE PODEM CUSTAR R\$ 51,9 BILHÕES PARA UNIÃO

Por Marcela Villar, Valor — São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para 25 de fevereiro dois julgamentos tributários relevantes para União e contribuintes. As ações podem custar R\$ 51,9 bilhões aos cofres públicos, em caso de derrota do governo, conforme estimativas no anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2026.

**Clique aqui e entre no canal de Whatsapp da APET**



Um deles é se o Imposto Sobre Serviços (ISS) deve ser incluído na base de cálculo do PIS e da Cofins, cujo impacto é de R\$ 35,4 bilhões (Tema 118). É uma das teses filhotes da tese do século, que permitiu a exclusão do ICMS da base das contribuições sociais, julgamento da Corte de 2017 que foi favorável às empresas e até hoje gera repercussão nos cofres da União (Tema 69).

Por enquanto, o placar oficial está em quatro votos a dois contra o governo. Mas, em tese, segundo especialistas, já há uma maioria formada a favor dos contribuintes, levando em conta os votos proferidos pelos ministros no Plenário Virtual e no julgamento da tese do século. Nada impede, porém, que eles alterem seus posicionamentos anteriores.

A análise deste caso começou no ano de 2020 e estava empatado em quatro a quatro no Plenário Virtual. Como houve pedido de destaque, o placar foi zerado e o julgamento passou para o plenário físico — foram mantidos os votos dos ministros aposentados. Ele havia sido retomado em agosto de 2024, mas foi suspenso novamente por pedido de vista.

A discussão se baseia no conceito de faturamento e se deveria ser aplicada a mesma conclusão da tese do século. Nesse caso, ficou definido que os valores do tributo estadual são meramente transitórios no caixa das companhias e têm como destino os cofres públicos. Agora, os ministros analisam se o mesmo raciocínio pode ser aplicado nesta ação, que está em repercussão geral, ou seja, a decisão é vinculante.

O outro caso de relevância é se os créditos presumidos de ICMS, tipo de benefício fiscal estadual, devem ser incluídos na base de cálculo do PIS e da Cofins. O impacto fiscal pode ser de até R\$ 16,5 bilhões. O julgamento desse processo também já foi iniciado. No plenário virtual, os contribuintes estavam ganhando por seis votos a quatro, até que o ministro Dias Toffoli pediu vista, em 2021.

Em abril de 2023, o relator, ministro André Mendonça, chegou a dar uma liminar para interromper um julgamento similar que ocorria sobre o tema no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Dias depois, ela foi reconsiderada e houve a suspensão nacional das ações que tratam sobre esse assunto no Brasil. O relator também pediu destaque, ou seja, o placar de julgamento será zerado (Tema 843).

*Por Valor*

12/01/2026 00:00:00



## Curso de Extensão: O Novo Processo Judicial Tributário – 24/10/2025 (Gravado)

👁 3.379

### MP Editora: Lançamentos

Curso c  
Capitai  
Offshor

👁 2.232

SÉRIE "CURSOS DE EXTENSÃO DA APET"

Coordenação  
Rodrigo Forcenette  
Marcelo Magalhães Peixoto

## TRIBUTAÇÃO DAS COOPERATIVAS

Impactos da Reforma Tributária

AUTORES

Alexandre Evaristo Pinto | Amanda Oliveira Breda Rezende  
Amílcar Barca Teixeira Júnior | Ana Luisa Ferreira de Avelar Carvalho  
Ana Paula Andrade Ramos | Aramis Moutinho Junior  
Brenda Schiezaro Guimaraes | Daniel Januzzi | Enio Melinen  
Evandro Jacó Kotz | Fábio Godoy Teixeira da Silva  
Fábio Pallaretti Calcini | Gustavo A. M. Brigagão | Gustavo Reis  
Gustavo Saad Diniz | Henrique Nimer Chammas | Jessica Garcia Batista  
João Augusto M. S. Michelin | João Donadon  
José Carlos da Silva Junior | José Julberto Meira Junior  
Lucas Issa Halan | Marcelo Guarita Borges Bento  
Marcos Vinicius de Paiva | Patrícia Alves Cabral | Paulo R. Stöberl  
Rafael Nichele | Renata Salle Russowsky | Rodrigo Forcenette  
Tatiana Midori Migiyama | Ulisses Santafé Aguiar Pizzolatti

APET

Coordenação  
Marcelo Magalhães Peixoto  
Cristiano Araújo Luzes

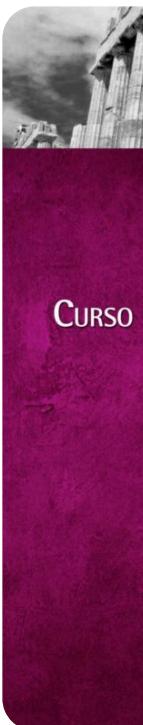
## Reforma tributária do consumo

tributação dos serviços financeiros – IBS/CBS – LC 214

AUTORES

Alexandre Evaristo Pinto • Atila Nedi Leões Sonego  
Carlos Eduardo de Arruda Navarro • Cristiano Araújo Luzes  
Edison Carlos Fernandes • Eduardo Fleury  
Elisa da Costa Henriques • Guilherme Fernandes Cooke  
Helio de Mello • Hélio Wellington Gois Bispo  
Lina Braga Santin Cooke • Luciana Ibiapina Lira Aguiar  
Nathalia Lury Ohta • Ramon Tomazela Santos  
Renato Nunes • Salvador Cândido Brandão Junior  
Silvio José Gazzaneo Junior • Tatiana Midori Migiyama

APET



## Continue lendo

Código de Defesa do Contribuinte endurece tratamento a devedor contumaz

👁 600

Receita e valor de  
👁 577

[Leia mais →](#)

---

[Leia mais -](#)

---

👁 89

## Institucional



[Quem somos](#)

[Memorial](#)

[Prêmios da APET](#)

[Prêmio "Bulhões Pedreira 100 Anos do Imposto de Renda no Brasil"](#)

[Prêmio Alcides Jorge Costas – "Reflexões sobre a Reforma Tributária do Consumo"](#)

[Títulos Honoríficos](#)

## Cursos



## Conteúdos



## Eventos



## Faça parte



## Assine nossa newsletter

Receba boletins com novidades sobre a APET e sobre o universo jurídico tributário.

Nome

E-mail



Não sou um robô

recAPTCHA  
Privacidade - Termos

**Assinar**

## Entre em contato

📞 (11) 3105-6191

📞 (11) 3105-7132

✉ (11) 9 7507-4186

⌚ SEG a SEX - 08:00 às 17:30

## Onde estamos

📍 Rua Dr Rafael de Barros, nº 209, Paraíso, São Paulo/SP. Segundo Andar

